

A LÓGICA DA INTERVENÇÃO E OS INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE BANCOS DE ALIMENTOS BRASILEIROS

THE INTERVENTION LOGIC AND THE MONITORING AND EVALUATION INDICATORS OF BRAZILIAN FOOD BANKS

Natalia Teruta¹

Romero Alves Teixeira²

Rômulo Paes-Sousa³

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo apresentar o desenvolvimento de um mapa de processos e resultados dos bancos de alimentos brasileiros e propor um conjunto de indicadores para seu monitoramento e avaliação. A pesquisa realizada baseou-se no acervo teórico dos conceitos e técnicas de monitoramento e avaliação de programas sociais e no conteúdo técnico disponível para os bancos de alimentos nacionais. Para elaboração do nosso trabalho, os percursos metodológicos escolhidos partiram da abordagem qualitativa, recorrendo a análise documental e entrevistas semi-estruturadas com diversos atores dos bancos de alimentos, etapas que serviram para identificar seus principais componentes, descrever sua intervenção social e, por fim, construir o painel de indicadores. Foram identificados os objetivos dos bancos de alimentos, os contextos e recursos necessários para seu funcionamento, sua dinâmica e seus produtos, resultados e impactos esperados. A partir dessas informações, a lógica dos bancos de alimentos foi sintetizada em um Mapa de Processos e Resultados, que apoiou a proposta de um Mapa de Indicadores. Com essa proposta de mapas, descrevemos os bancos de alimentos brasileiros a partir de seus principais componentes, podendo orientar a elaboração de planos viáveis de avaliação e monitoramento para verificação do seu desempenho enquanto estratégia para a segurança alimentar e nutricional.

¹ MSc, é nutricionista e pesquisadora, especialista em gestão de bancos de alimentos e doutoranda em Saúde Coletiva pela Fiocruz Minas. Tem interesse em políticas de segurança alimentar e nutricional e combate às perdas e desperdícios de alimentos. É consultora de redes brasileiras de bancos de alimentos (Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e Rede Mesa Brasil Sesc). Trabalhou como consultora da FAO e da UNESCO no Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Cidadania. E-mail: nataliatenuta@gmail.com

² Nutricionista, doutor em ciências da saúde. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, lecionando no curso de graduação em Nutrição e nos programas de pós-graduação em Ciências da Nutrição e Saúde, Sociedade e Meio Ambiente. É pesquisador na área de Nutrição e Saúde Pública, com ênfase em Promoção da Saúde, Vigilância Sanitária, Epidemiologia Nutricional e Segurança Alimentar. E-mail: romeroalvesteixeira@gmail.com

³ MD, PhD, é especialista em políticas de saúde e proteção social, interessado em políticas de erradicação da pobreza, políticas de proteção social, indicadores de desigualdade social e técnicas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) aplicadas a estudos sociais e urbanos. É Pesquisador Sênior da Fiocruz (Brasil) e Associado Honorário do Instituto de Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Sussex (Reino Unido). No início de sua carreira, foi Vice-Ministro do Desenvolvimento Social do Brasil e Secretário Nacional de Avaliação e Gestão da Informação na mesma instituição; e Diretor do Centro Mundial do PNUD para o Desenvolvimento Sustentável. Trabalhou como assessor e consultor internacional em política de proteção social e monitoramento e avaliação na América Latina, África e Ásia para o PNUD, FAO, BID, OPAS, Banco Mundial e DFID. E-mail: romulo.paes@fiocruz.br

Palavras-chave: Bancos de Alimentos; Teoria da Mudança; Monitoramento e Avaliação.

Abstract:

This paper aims to present a map of processes and results of the Brazilian food banks, and to propose a set of indicators for their monitoring and evaluation. Our research grounds on up-to-date theoretical concepts and on modern techniques for monitoring and evaluating social programs, taking into account the available technical content about the Brazilian food banks. The applied methodology started from a qualitative approach, using document analysis and semi-structured interviews with different actors, were used to identify the main components of the food banks, describe their social intervention and ultimately to build the panel of indicators. The fundamental objectives of the Brazilian food banks, the context and resources necessary for their operation, their dynamics and their expected products, results and impacts were identified. Based on this information, the logic behind the Brazilian food banks was synthesized in a Map of Processes and Results, which supported the proposal of a Map of Indicators. By using this maps approach, we were able to describe Brazilian food banks based on their main components, a result that could guide the elaboration of viable plans for the evaluation and monitoring of food banks, to verify their performance as a Food Security strategy.

Keywords: Food Banks; Theory of Change; Monitoring and Evaluation.

1. Introdução

O conceito de bancos de alimentos brasileiros está em constante construção e continua sendo forjado à medida que evoluem as reflexões acerca de seus objetivos fundamentais, modalidades operacionais e de gestão existentes, e de como os processos estão sendo construídos e operacionalizados nas diversas experiências distribuídas no país.

O decreto que (re)instituiu a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos define bancos de alimentos como:

(...) estruturas físicas ou logísticas que ofertam o serviço de captação ou de recepção e de distribuição gratuita de gêneros alimentícios oriundos de doações dos setores público ou privado a: I - instituições públicas ou privadas prestadoras de serviços de assistência social, de proteção e de defesa civil; II - instituições de ensino; III - unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes; IV - penitenciárias, cadeias públicas e unidades de internação; V - estabelecimentos de saúde; e VI - outras unidades de alimentação e de nutrição. (...) As estruturas logísticas (...) consistem em metodologias do tipo colheita urbana, que se caracterizam pela coleta e pela entrega imediata dos alimentos doados, sem a necessidade de local físico para armazenagem. (BRASIL, Art. 1º, § 1º e 2º, 2020)

No Brasil, nas últimas três décadas, os bancos de alimentos contribuíram expressivamente para recuperação de alimentos, para complementação de cardápios de instituições socioassistenciais e de

famílias em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, e para promoção da saúde e de hábitos alimentares saudáveis.

O entendimento do desenho operacional e de gestão dos bancos de alimentos brasileiros é diverso, mas todas as experiências existentes atuam para mitigar problemáticas sociais resultantes de um sistema de produção, distribuição e consumo desigual e injusto (MACHADO, OLIVEIRA, MENDES, 2016).

O mapeamento feito por Tenuta et al. (2021) identificou 217 unidades de bancos de alimentos em funcionamento no país, pertencentes a quatro modalidades de gestão: I) públicos municipais; II) da Rede Mesa Brasil do Serviço Social do Comércio (Sesc); III) das Centrais de Abastecimento (Ceasas); e IV) das Organizações da Sociedade Civil. As unidades mapeadas operam nas modalidades Convencional e/ou Colheita Urbana.

A história de atuação desses equipamentos está marcada por um importante progresso impulsionado por investimentos em políticas sociais de abastecimento, de garantia de direitos e de combate à fome (TAKAGI, 2006; TENUTA, 2014). Até 2012, os bancos de alimentos tiveram acesso a editais anuais de financiamento para implantação e modernização das suas estruturas, além de contarem com outros investimentos públicos e privados para suas operações (BRASIL, 2005; 2006; 2007a; 2007b; 2008a; 2008b; 2009; 2010; 2011; 2012a; 2012b; SANTARELLI, BURITY et al. 2019). A partir de 2014, recessões econômicas e cortes no orçamento trouxeram implicações negativas para os programas da segurança alimentar e nutricional, uma vez que a austeridade fiscal gerou uma queda de 84,6% no orçamento federal desta agenda (SOUZA, BARROS, BARRETO et al., 2019). Já a partir de 2018, o aprofundamento de políticas neoliberais resultou em um drástico desmonte do sistema que contemplava políticas sociais inclusivas e promotoras da segurança alimentar e nutricional, inaugurado pela extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Nesses meandros, os bancos de alimentos foram impactados pela recessão de recursos, além de desmobilizados pela deterioração das políticas do atual Ministério da Cidadania (SANTARELLI, BURITY et al. 2017; 2019).

A trajetória dos bancos de alimentos no Brasil também conta com uma escassa literatura que ancore e norteie suas operações. Documentos técnicos e acadêmicos disponíveis sobre o tema abordam estrutura, processos e resultados das ações, mas há uma lacuna ainda maior sobre publicações que tratem da avaliação e monitoramento dos bancos de alimentos (GARCIA et al., 2021). Assim, novos materiais e estudos sobre essas dimensões apoiarão a grande rede nacional de bancos de alimentos em atuação no país.

Este artigo tem como objetivo apresentar um Mapa de Processos e Resultados (MaPR) para representar, esquematicamente, a narrativa de associação e causalidade dos recursos, atividades e produtos do programa para mitigação do problema social originário. Objetiva, também, propor o Mapa de Indicadores (MaIND) para avaliação e monitoramento articulados aos elementos do MaPR apresentado.

2. Metodologia

Para a elaboração das propostas do MaPR e do MaIND, este trabalho utilizou a pesquisa documental para melhor compreender a teoria que embasa os bancos de alimentos brasileiros. Foram realizadas consultas a normativas e documentos técnicos produzidos por órgãos públicos e instituições privadas gestoras de bancos de alimentos e, também, a pesquisas e estudos acadêmicos sobre o tema.

Para busca dos documentos, utilizou-se os termos “banco\$ de alimentos” e “food bank\$” na ferramenta de busca do Google® e na página virtual do atual Ministério da Cidadania e da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Foram selecionados documentos de 2003, início das experiências brasileiras de bancos de alimentos, até os dias atuais. Além dos documentos encontrados, também foram utilizados o acervo pessoal dos autores deste manuscrito.

Foram selecionados 30 documentos para apoiar a construção do MaPR e do MaIND, conforme Tabela 1. Os documentos localizados e incluídos no estudo são aqueles produzidos pelo Governo Federal e o Ministério da Cidadania (já nomeado por Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário), voltados aos bancos de alimentos públicos e uma ocorrência àqueles instalados em Ceasas; pelo Serviço Social do Comércio, voltados às unidades da Rede Mesa Brasil Sesc; pela Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul, destinados aos bancos de alimentos de iniciativa da sociedade civil sob tutela desta Rede; e pela Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, disponíveis a todas as unidades em funcionamento no país, independente da modalidade de gestão. Foram localizados documentos internos de dois bancos de alimentos de organização não governamental. Não houve ocorrência de documentos específicos para unidades de Ceasas.

Tabela 1: Lista de documentos selecionados para apoio à construção do Mapa de Processos e Resultados e do Mapa de Indicadores para bancos de alimentos brasileiros.

Nome do documento	Tipo do documento e instituição/órgão responsável/autor(a)	Ano de publicação
Edital nº 02 - Programa Acesso à Alimentação - Projeto Banco de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2005
Programa Acesso à Alimentação - Banco de Alimentos	Documento Técnico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2006
Edital SESAN/MDS nº 04/2006 - Seleção Pública de Propostas para Implantação de Bancos de Alimentos - Programa Acesso à Alimentação	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2006
Modelo de Regimento Interno do Banco de Alimentos	Documento orientador Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul	2007
Roteiro de Implantação para Bancos de Alimentos	Documento Técnico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2007
Edital SESAN/MDS nº 04/2007 - Seleção de Propostas para Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias)	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2007
Edital SESAN/MDS nº 15/2007 - Seleção Pública de Propostas para Implantação, Modernização e Ampliação da Funcionalidade de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2007
Edital MDS/SESAN nº 04/2008 - Seleção Pública de Propostas para Implantação e Modernização de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2008
Edital MDS/SESAN nº 14/2008 - Seleção Pública de Propostas para Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2008
Edital MDS/SESAN nº 05/2009 - Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2009
Edital MDS/SESAN nº 02/2011 - Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2011
		1326

Edital MDS/SESAN nº 05/2012 - Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos em Centrais de Abastecimento	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2012
Edital MDS/SESAN nº 06/2012 - Seleção Pública de Propostas para Apoio à Modernização de Equipamentos Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos - Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias E Bancos De Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2012
Análise Tridimensional dos Bancos de Alimentos Públicos de Minas Gerais, Brasil	Natalia Tenuta	2014
Estatuto Social - Associação Prato Cheio	Normativa da Associação Prato Cheio	2016
Guia do Programa Mesa Brasil Sesc	Documento Técnico do Serviço Social do Comércio (Sesc)	2016
Portaria nº 17, de 14 de abril de 2014 - Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos	Normativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	2016
Portaria nº 303, de 8 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Banco de Alimentos e dá outras providências	Normativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	2016
Retificação da Portaria nº 303, de 8 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Banco de Alimentos e dá outras providências	Normativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	2016
Instrução Normativa nº 01, de 15 de maio de 2017 - Dispõe sobre a adesão dos Bancos de Alimentos à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos	Normativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	2017
Edital MDS/SESAN nº 01/2018 - Seleção Pública de Propostas para Apoio à Modernização de Bancos de Alimentos	Edital de Financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social	2018
Guia de avaliação de alimentos doados aos Bancos de Alimentos	Normativa do Ministério do Desenvolvimento Social	2018
Estatuto do Banco de Alimentos - Associação Civil	Normativa da ONG Banco de Alimentos	2018
Guia de boas práticas para Bancos de Alimentos	Normativa do Ministério da Cidadania	2019
Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos	Normativa do Ministério da Cidadania	2020
Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020 - Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos	Normativa da Presidência da República	2020
Indicadores de resultados e desempenho em cadeias de suprimentos humanitárias: Uma sistematização para bancos de alimentos	Alcione Pereira Silva	2020
Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives	Natalia Tenuta, Thaís Barros, Romero Alves Teixeira e Rômulo Paes-Sousa	2021
Como criar um Banco de Alimentos	Documento orientador Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul	Não específica do
Modelo de Estatuto Social para Bancos de Alimentos	Documento orientador Rede de Bancos de Alimentos do Rio Grande do Sul	Não específica do

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Adicionalmente à pesquisa documental, também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com gestores e técnicos de 59 bancos de alimentos distribuídos em 26 estados e Distrito Federal, e pertencentes às quatro modalidades de gestão mapeadas por Tenuta et al. (2021). As entrevistas possibilitaram a identificação de potencialidades e desafios na gestão e operacionalização dos bancos de alimentos, além de incorporar experiências, conhecimentos e convicções dos entrevistados, fornecendo elementos importantes à construção do MaPR.

Para a construção das propostas de MaPR e de MaIND de bancos de alimentos brasileiros, foram utilizadas as referências em modelagem de programas propostas por Jannuzzi (2016). Segundo este autor, o intuito do MaPR é produzir uma narrativa sintética do funcionamento dos bancos de alimentos, do seu contexto de operação, de como seus diversos componentes-insumos, processos e produtos se alinham para produzir

os resultados desejados, e das condições para que isso se concretize. Ao descrever os processos-chave e as atividades críticas nas operações diárias, o instrumento aponta, então, os processos e componentes que devem ter indicadores para compor o painel de avaliação e monitoramento do programa. Nessa perspectiva, ao apresentar esquematicamente o programa e seus componentes, o MaPR evidencia os possíveis “objetos de estudo”, traduzidos nos indicadores-chave para avaliação e monitoramento explicitados no MaIND (JANNUZZI, 2016).

Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sob o CAAE 84581318.0.0000.5108, parecer 3.125.150. Os participantes da Pesquisa, ao aceitarem participar voluntariamente, assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), confeccionado e oferecido pelos pesquisadores.

3. Resultados e Discussão

As propostas de MaPR e de MaIND foram elaboradas de modo a contemplar as quatro modalidades de gestão e as duas modalidades operacionais mapeadas por Tenuta et al. (2021).

A Figura 1 apresenta o MaPR para bancos de alimentos brasileiros, sem distinção quanto à sua possibilidade de localização. Ancorado na proposta de Jannuzzi (2016), o MaPR apresenta: I) recursos; II) atividades; III) produtos; IV) resultados; e V) impactos. O contexto de operação, público-alvo e pressupostos adicionais são sub-dimensões incluídas no Mapa.

Figura 1: Mapa de Processos e Resultados (MaPR) para Bancos de Alimentos Brasileiros.

MAPA DE PROCESSOS E RESULTADOS PARA BANCOS DE ALIMENTOS BRASILEIROS

OBJETIVOS DOS BANCOS DE ALIMENTOS BRASILEIROS



Embora esta proposta de Jannuzzi (2016) não represente os objetivos do programa no modelo de narrativa proposto, por opção dos autores, os objetivos fundamentais dos bancos de alimentos brasileiros também

foram incorporados ao MaPR. Entendendo que um programa é um conjunto de ações que irão produzir efeitos específicos, é basal e crucial responder à seguinte pergunta: A que esse programa serve? As análises realizadas nos documentos que ancoram a atuação das unidades no país e as reflexões a partir das entrevistas com gestores e técnicos demonstraram que a resposta à essa pergunta não é consenso.

A reflexão feita é que o conceito dado pela Rede Brasileira de Bancos de Alimentos (BRASIL, 2016; 2020), assim como o conteúdo de alguns dos documentos estudados, não mencionam a origem preferencial dos alimentos que abastecerão os bancos de alimentos. Os alimentos oriundos de perdas e desperdícios, vindos de qualquer etapa da cadeia de produção e abastecimento, devem constituir, se não o todo, a maior parte dos estoques operacionais da unidade, justamente pela função social de resgate de alimentos em condições seguras e adequadas para consumo humano que os bancos de alimentos têm. As experiências internacionais nas quais as práticas brasileiras afirmam ter se apoiado recorrem a excedentes de alimentos, dando-os outro destino que não o desperdício (BELIK, 2004). A Instrução Normativa nº 01, de 15 de maio de 2017, deixava claro que, para aderir à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, era necessário:

“(...) demonstrar que as operações de doação eram desenvolvidas, em sua totalidade, com alimentos captados para o combate ao desperdício. Ou, quando o equipamento executar dois ou mais programas no mesmo espaço físico, demonstrar que possuem, no mínimo, 25% do total de alimentos de arrecadação e distribuição, oriundos de desperdício, podendo também receber alimentos de outros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos, desde que esses não ultrapassem 75% do total captado” (BRASIL, Art. 1º, Parágrafo III, 2016).

A referida Instrução Normativa não está mais disponível nas páginas oficiais do Governo Federal, indicando que foi cancelada após a (re)criação da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos pelo Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020. Assim, a composição dos estoques operacionais dos bancos de alimentos que aderem à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos não compete mais ao crivo desta Rede.

Quanto ao objetivo de garantia da segurança alimentar e nutricional, todos os materiais analisados definem pessoas em situação de fome e insegurança alimentar como o público a ser beneficiado pelos programas. A quebra do compromisso com a realização progressiva e integral dos direitos sociais básicos, incluindo a alimentação, fez com que a fome se ampliasse para uma parcela ainda muito mais expressiva da população. Retornamos ao cenário da década de 1990, em que mais da metade (58,7%) dos domicílios brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar, tornando ainda mais urgente que a pauta do direito humano à alimentação adequada volte a ter engajamento do estado brasileiro (PENSSAN, 2022). Os bancos de alimentos têm papel crucial e estratégico nessa agenda, contribuindo para o abastecimento alimentar local e o acesso facilitado a alimentos de qualidade.

Sobre a realização da educação alimentar e nutricional, os documentos são enfáticos nesta defesa. As ações educativas são o terceiro pilar de atuação dos bancos de alimentos e promovem saúde por meio da alimentação adequada e saudável.

Definido os objetivos, para que qualquer programa seja implementado e inicie suas atividades, é necessário que o contexto de operação esteja bem delimitado e que haja esforços e mobilização para priorização desta conjuntura no sentido da relevância política para o programa. Considerando os objetivos fundamentais dos bancos de alimentos brasileiros, é necessário que as redes de parceiros doadores e de beneficiários existentes na localidade da unidade justifiquem e subsidiem a criação e manutenção do programa. A mobilização de parcerias com atores pertencentes a todas as etapas da cadeia de produção e abastecimento de alimentos, assim como com instituições da rede de proteção social, constitui um eixo norteador e estratégico dos bancos de alimentos. O Guia Operacional e de Gestão de Bancos de Alimentos

aponta a potencialidade de arrecadação de alimentos nas etapas de produção, manuseio e transporte, beneficiamento, comercialização e distribuição, assim como em domicílios e restaurantes (BRASIL, 2020). A relação com instituições/entidades/organizações, famílias e pessoas também é descrita pelo documento com vistas a identificar e reconhecer o público a ser assistido para que o atendimento seja voltado, de fato, ao público prioritário. Essa dimensão dialoga diretamente com a definição de público-alvo dos bancos de alimentos e com o objetivo de garantia da segurança alimentar e nutricional, compreendendo que todas as ações e serviços deverão ser direcionados para mitigar a problemática social de fome e insegurança alimentar de pessoas em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional.

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituída no município que sedia o banco de alimentos, enquanto outra dimensão de contexto de operação, garante articulação institucional, perenidade e elementos políticos, físicos e financeiros à sua execução. A política pública de segurança alimentar e nutricional é um conjunto de ações planejadas e priorizadas dentro do orçamento público. Nela, são disponibilizados e distribuídos bens e serviços que atendam as demandas da população quanto ao direito humano à alimentação adequada. Nos editais federais de apoio à implantação e modernização de bancos de alimentos, a capacidade de gestão e integração das políticas de desenvolvimento social e combate à fome foi um indicador importante de pontuação, seleção e priorização das propostas enviadas pelos municípios para pleitear o repasse de recursos federais. Embora esses editais fossem direcionados apenas a bancos de alimentos públicos e com uma única ocorrência voltada a unidades de Ceasas, esse contexto da política pública contribui estrategicamente para outras modalidades de gestão por ser um componente do desenvolvimento integrado e sustentável para assegurar a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2005; 2006; 2007a; 2007b; 2008a; 2008b; 2009; 2010; 2011; 2012a; 2012b; 2018).

Os pressupostos primários de financiamento, critérios para localização da unidade, equipe mínima, composição do(a) grupo/equipe gestor(a) e infraestrutura adequada à modalidade operacional a ser executada são condições adicionais e necessárias para o bom funcionamento do programa e sua sustentabilidade a médio e longo prazos.

Para as quatro modalidades de gestão, há financiamentos distintos possíveis, que devem ser regulares e suficientes para manter o programa em operação, sem interrupções. Os recursos financeiros podem ser oriundos de editais de financiamento, dotação orçamentária exclusiva, repasse de instituição/órgão/organização gestor(a), e/ou de associados e mantenedores. Além destes, é possível que os bancos de alimentos recebam doações em dinheiro e façam economia de seus recursos ao receberem doações de tempo e serviços (SESC, 2016; BRASIL, 2020).

Para instalação de um banco de alimentos, critérios sobre a localização e a condição do imóvel são relevantes para o processo decisório. O Guia do Programa Mesa Brasil Sesc descreve que um diagnóstico situacional deve ser observado antes da implantação de uma nova unidade do Programa Mesa Brasil (MBS), incluindo um mapeamento das instituições socioassistenciais, dos potenciais parceiros doadores e voluntários, e parâmetros de localização geográfica que interferirão na logística de distribuição dos gêneros (SESC, 2016). Os editais federais de financiamento, até o momento, apoiaram apenas unidades que foram instaladas ou já estavam implantadas em imóvel próprio da gestão, não havendo possibilidade de investimento em imóveis de terceiros (BRASIL, 2005; 2006; 2007a; 2007b; 2008a; 2008b; 2009; 2010; 2011; 2012a; 2012b; 2018). Tenuta (2014) afirma que a localização é fator primordial para uma boa logística, e estar instalado em região próxima à rede socioassistencial é positivo para o atendimento às instituições beneficiárias. Neste estudo com bancos de alimentos públicos, embora 30% dos respondentes tenham afirmado que as unidades estavam localizadas em regiões com alto nível de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, esta característica não foi o motivo decisório para instalação dos bancos de alimentos nos locais onde estavam funcionando à época das visitas. Todos os entrevistados responderam que a escolha se deu pela disponibilidade para locação do imóvel, ou pela condição de

propriedade do imóvel, como é exigido pelos editais. Mesmo havendo respostas sobre a proximidade a áreas de captação de alimentos, a hipótese da autora é que a disponibilidade de espaço tenha sido o fator determinante para escolha do endereço.

Entende-se como equipe mínima a composição de colaboradores necessária para o ideal funcionamento de um banco de alimentos. A Instrução Normativa nº 01 (BRASIL, 2016) era o principal documento legal que norteava quais profissionais deveriam atuar nas unidades que aderissem à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Na inexistência desta diretriz, o Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos caracteriza-se como uma orientação aos(as) gestores(as) sobre este quesito, indicando responsável técnico (da área de alimentos), equipe administrativa e equipe operacional como essenciais ao quadro de colaboradores (BRASIL, 2020). O Guia do Programa Mesa Brasil Sesc complementa este quadro, apontando o(a) Assistente Social e Coordenador(a) como profissionais fundamentais ao funcionamento da unidade e, ainda, diferencia a composição entre as equipes de unidades de capitais e aquelas instaladas no interior e, também, entre unidades que operam na modalidade colheita urbana e convencional (SESC, 2016).

Costa et al. (2014) avaliaram seis bancos de alimentos mineiros de diversas modalidades de gestão e todos eles contavam com, pelo menos, um nutricionista, um auxiliar administrativo, encarregados de operações e motorista, e, apenas a metade deles tinha assistente social na equipe. A maioria não tinha coordenador(a) e, nestes casos, o(a) nutricionista realizava esta função. Tenuta (2014) encontrou outro cenário em um estudo realizado no mesmo estado que avaliou apenas bancos de alimentos públicos. De 10 unidades visitadas, 70% tinham coordenador(a), 60% nutricionista/responsável técnico e 10% tinham assistente social. Além da composição mínima, é necessário avaliar a suficiência quanto ao número de colaboradores, considerando o atendimento, ou não, das demandas e atividades das unidades. A segunda Pesquisa Nacional de Bancos de Alimentos, que avaliou bancos de alimentos públicos em funcionamento, identificou que, em 72% das unidades, o número de trabalhadores era insuficiente (BRASIL, 2011).

Além da equipe mínima, os bancos de alimentos de iniciativa da sociedade civil possuem grupo gestor, ou outra denominação registrada em estatuto social, com funções deliberativas e consultivas relacionadas à execução e administração das unidades. Cada grupo gestor possui uma conformação e atribuições distintas, mas todos com o objetivo comum de contribuir efetivamente, de maneira relevante e constante, dos mais diversos modos, para consecução dos fins sociais dos bancos de alimentos.

A depender da modalidade operacional a ser executada, a unidade demanda de uma infraestrutura distinta, mas que seja adequada e compatível aos objetivos e atividades. Pelo modus operandi descrito por Tenuta et al. (2021), a unidade que opera a modalidade convencional possui sede em imóvel e deve dispor de edificação, instalações, equipamentos e utensílios para serviços administrativos e operacionais como, no mínimo, triagem, armazenamento, porcionamento e distribuição dos alimentos para doação aos beneficiários, podendo dispor, também, de espaço e equipagem para processamento e beneficiamento dos alimentos. A unidade que opera colheita urbana possui sede em imóvel apenas para a realização de atividades administrativas, podendo, também, dispor de espaço para atividades educativas e armazenamento seco e sob temperatura controlada, nos casos em que unidades optam por ter um estoque mínimo (SESC, 2016; BRASIL, 2019; 2020). A mesma unidade pode operar as duas modalidades simultaneamente e, para isso, basta observar se a estrutura física e operacional permite. Além dos setores essenciais para o funcionamento, ao planejar a construção ou reforma da unidade, é necessário observar se o fluxo de entrada e saída dos alimentos e de colaboradores é contínuo, sem cruzamentos e possibilidades de contaminação (BRASIL, 2007; TENUTA, 2014). Há também que se atentar ao grau de perecibilidade das doações transacionadas e verificar se a infraestrutura está equipada para o manuseio e armazenamento dos produtos (BRASIL, 2019). O veículo para transporte de alimentos deve ser exclusivo, compatível ao quantitativo e ao grau de perecibilidade dos alimentos transportados e que esteja de acordo

com as normas de vigilância sanitária federal (BRASIL, 2019; 2020). Para além das atividades operacionais de transação de alimentos, a infraestrutura para a realização de ações educativas também deve ser dimensionada para o ideal funcionamento da unidade. Salas de treinamento, cozinha experimental, hortas, são exemplos de espaços de promoção da prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.

As atividades a serem desenvolvidas nos bancos de alimentos estão agrupadas em dez temáticas. I) Gestão de doadores agrupa atividades relacionadas às condições e formatos da parceria da unidade com os doadores; II) Gestão de beneficiários descreve as condições do atendimento dos beneficiários pela unidade e as formas como o atendimento pode se concretizar e ser acompanhado; III) Gestão de doações lista as atividades referentes a campanhas solidárias, ao recebimento de doações de produtos não alimentícios (material de limpeza e higiene pessoal; roupas de cama, mesa e banho; vestuários; utensílios domésticos; dentre outros), de recursos financeiros (saldo em cartões, vale-alimentação, plataformas de doações, transferência de recursos oriundos de parcerias nacionais ou parcerias regionais/locais, dentre outros), de tempo (voluntários/as) e serviços (serviços gráficos, de logística e comunicação, e combustível, dentre outros); IV) Gestão de doações de gêneros alimentícios lista as práticas relacionadas aos procedimentos operacionais envolvidos com os processos de coleta, transação, manipulação, armazenamento e cessão de gêneros alimentícios; V) Condições higiênico-sanitárias contemplam as práticas operacionais da unidade para a segurança dos procedimentos de manipulação e dos alimentos doados, assim como os documentos organizacionais que orientam práticas (Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados); VI) Gestão administrativo-financeira e monitoramento aborda os mecanismos e estratégias de gestão administrativa e financeira da unidade, bem como os procedimentos de controle interno, análise, avaliação e monitoramento das ações e serviços; VII) Gestão pessoal descreve atividades da relação da unidades com seus(suas) colaboradores(as); VIII) Comunicação descreve as práticas relacionadas à projeção da unidade para a comunidade por meio das estratégias e canais de comunicação; IX) Ações educativas contemplam atividades da atuação da unidade para treinar, capacitar, informar, empoderar diversos atores sobre distintas temáticas da segurança alimentar e nutricional, da alimentação adequada e saudável, dentre outras; X) Intersectorialidade lista ações sobre as relações da unidade com outros setores e atores que dialoguem e façam parte do seu contexto de atuação.

Os pressupostos secundários são condições para que as atividades garantam a infraestrutura adequada e efetivem os compromissos institucionais, fazendo com que os produtos se concretizem (JANNUZZI, 2016).

Para que os bancos de alimentos alcancem uma rede articulada de parceiros doadores de alimentos, de produtos não alimentícios, de recursos financeiros, tempo e serviços, as unidades precisam estar implantadas em uma região que permita isso, ou seja, que seja uma região com potencial produtivo e/ou de beneficiamento e/ou de transporte e/ou de comercialização. Por se tratar de organizações que promovem segurança alimentar e nutricional, os bancos de alimentos devem buscar doações de alimentos saudáveis, que irão complementar os cardápios das instituições garantindo alimentação adequada e saudável. O estudo técnico de Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil lança luz à necessidade de se compreender as dinâmicas sociais e territoriais que influenciam o acesso aos alimentos, principalmente aos alimentos saudáveis (BRASIL, 2019). Ao se espelharem nessa metodologia, é possível que os bancos de alimentos mapeiem e identifiquem onde os atores e outros estabelecimentos de alimentos estão distribuídos espacialmente, articulando uma rede organizada de parceiros doadores de alimentos promotores de saúde. O Guia do Programa Mesa Brasil Sesc (SESC, 2017) e o Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos (BRASIL, 2020) diferenciam os parceiros em sistemáticos – aqueles que possuem certa regularidade de doações, com agenda e logística de coleta pré-estabelecidas, e em eventuais – aqueles que doam eventualmente, sem regularidade definida.

Para constituir uma rede cadastrada de instituições beneficiárias, as unidades precisam mobilizar e sensibilizar toda a rede socioassistencial que, junto aos entes federativos (órgãos gestores) e os conselhos

de assistência social, formam o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ademais, outros setores e conselhos de direito afins também devem ser envolvidos de modo a prestarem apoio e assistência à relação das instituições com os bancos de alimentos (BRASIL, 2020). O Guia do Programa Mesa Brasil Sesc (SESC, 2017) e o Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos (BRASIL, 2020) classificam as instituições beneficiárias por modalidade, chamando-as de instituições sociais – aquelas que recebem doações de gêneros alimentícios e/ou outros produtos para a produção das refeições no próprio espaço físico, e de mediadoras – aquelas que recebem doações de gêneros alimentícios e/ou outros produtos para que sejam distribuídos às famílias e pessoas. Há também a classificação por frequência, em que instituições sistemáticas são aquelas que recebem doações com frequência regular de atendimento, podendo ser semanal, quinzenal ou mensal, e instituições eventuais são as que recebem doações sem regularidade de atendimento.

Estabelecidas as redes de parceiros doadores e de instituições e outros beneficiários, é possível que os bancos de alimentos viabilizem doações periódicas de alimentos e de produtos não alimentícios. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) menciona a consecução da segurança alimentar e nutricional baseada no acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente (BRASIL, 2006). Os bancos de alimentos possuem papel complementar na produção dos cardápios ofertados nas instituições, uma vez que seus estoques não são suficientes para atender a totalidade das necessidades, nem em quantidade, nem em variedade. Apesar disso, em observância à garantia da segurança alimentar e nutricional dos beneficiários, o ideal é mapear as demandas, em volume (quilos) e quanto aos tipos de alimentos mais aceitos, de modo a atender todos, com, pelo menos, parte do quantitativo necessário. Essa perspectiva aproxima os bancos de alimentos do que é considerado equidade no atendimento (BRASIL, 2020).

Os bancos de alimentos, assim como outros equipamentos sociais, possuem vocação para compartilhar conhecimentos, de forma transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional. A oferta sistemática de ações educativas é mais um produto da atuação das unidades com potencial socioeducativo na ressignificação das práticas cotidianas. Para além das ações voltadas à prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, outras temáticas podem ser trabalhadas nas ações de educação alimentar e nutricional com parceiros doadores, colaboradores(as) e funcionários, e instituições e famílias beneficiárias de modo a incentivar o desenvolvimento de capacidades para que possam gerir sua própria saúde e hábitos de vida (SESC, 2017; BRASIL, 2020). Ao que parece, a incorporação das ações educativas tem se consolidado nas rotinas dos bancos de alimentos. Na primeira Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos, em 2006, ficou constatado que 60,9% das unidades conveniadas com o Governo Federal e 90,6% das não conveniadas realizavam ações educativas com algum público (REDES, 2006). Embora a segunda Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos não mencione a proporção de bancos de alimentos que realizam ações educativas, faz-se referência ao desenvolvimento de ações de educação e orientação às instituições no estímulo a uma alimentação saudável (FEC, DATAUFF, 2011). No mapeamento de Tenuta et al. (2021) fica claro que as ações de educação alimentar e nutricional integram a prática diária dos bancos de alimentos de todas as modalidades de gestão e são voltadas, prioritariamente, aos(as) colaboradores(as) e instituições beneficiárias.

Estando delimitados os objetivos dos bancos de alimentos brasileiros, ficam mais claros os resultados esperados da sua atuação, já que Jannuzzi (2016) afirma que os resultados são os efeitos mais associados aos objetivos do programa. Espera-se, então, que: A reintrodução de alimentos aptos para o consumo na cadeia de abastecimento contribua para o combate às perdas e desperdícios de alimentos; A complementação de cardápios de instituições socioassistenciais e de pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional com alimentos de boa qualidade nutricional e em condições seguras de consumo contribua para a garantia da segurança alimentar e nutricional; A educação permanente e geradora de

conhecimento e autonomia contribua para a realização da educação alimentar e nutricional enquanto uma prática para promoção do autocuidado do viver saudável.

Os impactos são os efeitos, de médio e longo prazos, nas pessoas beneficiárias e na sociedade. Espera-se que a atuação dos bancos de alimentos reduza perdas e desperdícios de alimentos, melhore o estado nutricional de pessoas em vulnerabilidade social, alimentar e nutricional, promova hábitos alimentares e de vida saudáveis, contribua para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, e para as agendas e execução de políticas públicas sociais.

Estabelecidos os elementos de implantação e execução dos bancos de alimentos brasileiros no MaPR, parte-se para a proposta de um painel de informação que apoie o monitoramento e/ou avaliação das ações e entregas do programa.

A Figura 2 apresenta o MaIND para bancos de alimentos brasileiros. Também apoiado na proposta de Jannuzzi (2016), o MaIND apresenta: I) Indicadores de recursos; II) Indicadores de atividades; III) Indicadores de produtos; IV) Indicadores de resultados; e V) Indicadores de impactos.

Jannuzzi e colaboradores (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2022) orientam que os indicadores de recursos sejam capazes de medir a quantidade (ou qualidade) dos recursos (financeiros e humanos) existentes para desenvolver as atividades ligadas ao programa. Os indicadores de atividades medem o esforço e as ações realizadas para obtenção dos produtos planejados, considerando os recursos disponíveis. Para medir a quantidade (ou qualidade) dos bens e serviços criados ou ofertados, os indicadores de produtos devem ser baseados no número de produtos e serviços entregues aos beneficiários da política. Já os indicadores de resultados mensuram a quantidade ou qualidade dos resultados intermediários alcançados. Por fim, os indicadores de impactos medem a quantidade ou a qualidade dos resultados finais alcançados.

O MaIND não intenta esgotar os indicadores para avaliação e monitoramento dos bancos de alimentos brasileiros. Espera-se que a coletânea apresentada contribua para o monitoramento e avaliação em diversos contextos e para abarcar variados escopos e objetivos. O MaIND pode ser utilizado por gestores e técnicos das unidades para monitorar seus processos operacionais e de gestão, por pesquisadores e instituições com a finalidade de produzir evidências que contribuam para o aperfeiçoamento do programa. Assim, recomenda-se que os indicadores sejam selecionados a depender do propósito do acompanhamento e da investigação, e utilizados individualmente ou em conjunto de acordo com o que se propõe analisar.

Figura 2: Mapa de Indicadores (MaIND) para Bancos de Alimentos Brasileiros.

MAPA DE INDICADORES PARA BANCOS DE ALIMENTOS BRASILEIROS

INDICADORES DE RECURSOS	INDICADORES DE ATIVIDADES	INDICADORES DE PRODUTOS	INDICADORES DE RESULTADOS	INDICADORES DE IMPACTOS
<ul style="list-style-type: none"> - Custos fixos (equipamentos, veículos, imóveis e quadro permanente de colaboradores)/mês¹ - Custos variáveis (combustível, água, luz, telefone, internet, insumos, manutenção e quadro variável de colaboradores)/mês¹ - Custo total de operação da unidade (Custos fixos + Custos variáveis)/mês¹ - Dimensionamento de setores² - Dimensionamento de áreas² - Suficiência do número e condição de mobiliários por setor³ - Suficiência do número e condição de maquinários por setor³ - Suficiência do número e condição de utensílios por setor³ - Suficiência do número e condição de materiais de consumo por setor³ - Suficiência do número e condição de veículos da unidade³ - Suficiência do número de colaboradores³ - Número de voluntários/mês³ 	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo médio entre a recepção e a doação dos gêneros alimentícios¹ - Número visitas a parceiros doadores/mês¹ - Número visitas a instituições sociais e mediadoras/mês¹ - Número de visitas a pessoas/mês¹ - Número de voluntários/mês¹ - Número de treinamentos e capacitações a colaboradores(as)/mês¹ - Número de instituições sociais em lista de espera/mês¹ - Número de instituições moderadoras em lista de espera/mês¹ - Número de pessoas em lista de espera/mês¹ - Tempo de espera de instituições sociais em lista de espera - Tempo de espera de instituições moderadoras em lista de espera - Tempo de espera de pessoas em lista de espera - Número de ações de captação e fidelização de parceiros/mês¹ - Número de matérias veiculadas em mídia externa/mês¹ - Número de parcerias estabelecidas/mês¹ 	<ul style="list-style-type: none"> - Número total de doadores sistemáticos cadastrados⁵ - Número total de doadores eventuais cadastrados⁵ - Número de doadores sistemáticos da etapa de produção e colheita^{5,6} - Número de doadores sistemáticos da etapa de transporte e armazenamento^{5,6} - Número de doadores sistemáticos da etapa de indústria e processamento^{5,7} - Número de doadores sistemáticos de Centrais de Abastecimento (Ceasas) - Número de doadores sistemáticos da etapa de comercialização^{5,8} - Número de bancos de alimentos parceiros com doações de alimentos⁵ - Número total de instituições sociais cadastradas⁵ - Número total de instituições mediadoras cadastradas - Número total de pessoas cadastradas⁵ - Número de pessoas cadastradas segundo características sociais e nutricionais⁵ - Número total de instituições sociais atendidas⁵ - Número total de instituições mediadoras atendidas⁵ - Número total de pessoas atendidas⁵ - Número de pessoas atendidas segundo características sociais e nutricionais⁵ 	<ul style="list-style-type: none"> - Percentual de aproveitamento dos alimentos/mês^{1,10} - Quantidade (quilos) total de alimentos recebidos/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos oriundos das perdas e desperdício recebidos/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos não oriundos das perdas e desperdício¹² recebidos/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos oriundos de compras institucionais¹³ recebidos/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos doados/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos descartados/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) total de alimentos em estoque/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) de alimentos doados por grupo¹⁴/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) de alimentos doados por categoria¹⁵/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) de alimentos doados/pessoa/mês^{1,11} - Quantidade (quilos) de alimentos saudáveis doados/pessoa/mês^{1,11} - Valor monetário das doações de alimentos¹⁶/mês^{1,11} - Eficiência¹⁷ - Número de ações educativas por temática/mês¹ - Número de ações educativas por público-alvo/mês^{1,11} - Número de outros serviços (além da entrega de doações de alimentos)/mês^{1,11} - Grau de satisfação dos(as) beneficiários, parceiros doadores e colaboradores(as) fixos e variáveis¹⁸ 	<ul style="list-style-type: none"> - Indicadores de insegurança alimentar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)^{16, 17} - Indicadores da Diversidade alimentar mínima (DAM)^{16, 18} - Índice de Qualidade da Dieta – Revisado (IQD-R)^{16, 19} - Marcadores de Consumo Alimentar na Atenção Básica^{16, 20}

LEGENDA

- Indicadores que podem ser acompanhados em outro intervalo de tempo para construir uma série histórica para comparação e análise (bimestre, trimestre, semestre, ano).
- O dimensionamento de setores e áreas é um indicador que deve ser analisado considerando aspectos individuais de cada banco de alimentos: modalidade operacional executada, tipo e quantidade de alimentos transacionados, quadro de colaboradores, disponibilidade econômica para implantação. O dimensionamento sugerido para setores e áreas estão disponíveis no item "Estrutura Física" do Guia de Boas Práticas para Bancos de Alimentos (AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2019) e deve ser adaptado à realidade de cada unidade.
- A suficiência é um indicador que deve ser analisado considerando aspectos individuais de cada banco de alimentos: modalidade operacional executada, tipo e quantidade de alimentos transacionados, setores e áreas disponíveis, disponibilidade econômica e planejamento físico-funcional da unidade.
- Em dias.
- Indicadores que também podem ser monitorados por período (mês, semestre, ano).
- Pequeno agricultor/agricultor familiar, associações de produtores rurais, agricultor de médio e grande porte.
- Apreensão e acidente.
- Indústrias de alimentos.
- Armazéns, Mercados, Supermercados, Hipermercados, Sacolões, Padarias.
- % aproveitamento = Quantidade (quilos) de alimentos doados x 100 / quantidade (quilos) total de alimentos arrecadados
- Indicadores que podem ser calculados em comparação com o previsto, expressando o percentual de execução. Exemplo: Percentual (%) da quantidade (quilos) total de alimentos recebidos/mês em relação à quantidade prevista para o mesmo período.
- Alimentos de campanhas solidárias, hortas urbanas, devolução de estoques de instituições, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).
- Compras institucionais como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- Categorização em grupos segundo a 1ª edição do Guia alimentar para população brasileira (BRASIL, 2014): Cereais, raízes e tubérculos; Frutas; Hortaliças; Leguminosas; Leite e derivados; Carnes e ovos; Açúcares e doces; Óleos e gorduras.
- Categorização por nível de processamento segundo 2ª edição do Guia alimentar para a população brasileira: In natura e minimamente processados; Processados; Ultraprocessados; Ingredientes culinários.
- Monetização das doações de alimentos: Calcular o somatório do valor (em R\$) arrecadado em alimentos, no período desejado. Consultar o preço por quilo (R\$/Kg) dos alimentos no último dia do mês analisado, de todos os alimentos transacionados pelo banco de alimentos, sabendo que – para unidades de Centrais de Abastecimento, consultar o preço de mercado tabelado pela Ceasa; Para bancos de alimentos fora dos limites de Centrais de Abastecimento: Consultar preço de mercado em supermercados, sacolões e outros comércios de varejo).
- Se custo (R\$) mensal do banco de alimentos < (menor) valor monetizado (R\$) dos alimentos doados pelo banco de alimentos = o banco de alimentos tem/está com uma tendência eficiente. Se custo (R\$) mensal do banco de alimentos > (maior) valor monetizado (R\$) dos alimentos doados pelo banco de alimentos = o banco de alimentos tem/está com uma tendência ineficiente. É recomendável uma análise final da eficiência em períodos maiores (semestre, ano).
- O grau de satisfação pode ser medido utilizando a escala de Likert.
- Para monitoramento e avaliação de impacto, o MalIND sugere indicadores de consumo propostos por metodologias já validadas capazes de mensurar impactos no padrão de alimentação dos beneficiários, causados pela complementação dos cardápios, e no hábito alimentar, pelas ações educativas. Sugere-se que os indicadores sejam avaliados antes e após a intervenção de modo a verificar o impacto. Para detalhes sobre a aplicação, consulte os estudos indicados.
- Consultar em PEREZ-ESCAMILLA et al. (2004) e BRASIL (2014)
- Consultar em FAO (2011; 2016)
- Consultar em PREVIDELLI et al. (2011) e PIRES (2020)
- Consultar em BRASIL (2015)

A teoria do programa banco de alimentos no Brasil ainda é pouco abordada face ao tamanho da sua contribuição à agenda de segurança alimentar e nutricional. Compreender os diversos elementos para implantação e operacionalização de bancos de alimentos brasileiros, internalizando as particularidades de todas as modalidades de gestão e operacionais, é crucial para o aprimoramento do programa.

As propostas de Mapa de Processos e Resultados e de Mapa de Indicadores, embora pareçam estanques, forjam o início de uma construção que pode ser complementada a partir de outras contribuições. O conteúdo do MaPR não substitui os documentos técnicos e outras propostas de desenhos de projetos e planejamentos estratégicos, nem tampouco espera-se esgotar os indicadores de avaliação e monitoramento com o MaIND.

Os dois mapas servem à comunidade acadêmica, técnica e gestora ao apresentarem uma narrativa da complexidade da estrutura e dos processos dos bancos de alimentos brasileiros e da grandiosidade dos resultados e impactos gerados nos beneficiários e em toda a sociedade, além de fornecerem subsídios de reflexão sobre o programa.

Espera-se que estudos e outras produções sejam publicados fornecendo mais subsídios à atuação dos bancos de alimentos brasileiros, em especial, aqueles voltados à teoria do programa e à sua avaliação e monitoramento.

Referências:

ANVISA. Guia de Boas Práticas para Bancos de Alimentos. Guia nº 26, versão 1, de 21 de junho de 2019. 2019. Disponível em: <https://pesquisa.anvisa.gov.br/upload/surveys/15455/files/GUIA%20BANCO%20ALIMENTOS.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

ASSOCIAÇÃO PRATO CHEIO. Estatuto Social – Associação Prato Cheio. 2016. Disponível em: <https://pratocheio.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Estatuto-Social-Prato-Cheio.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BELIK, W. Políticas de Seguridad Alimentaria Para las Areas Urbanas. In: BELIK, W. (Org.). Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición em America Latina. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRASIL. Decreto nº 10.490, de 17 de setembro de 2020. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos e o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 18 de setembro de 2020. 2020.

BRASIL. Estudo Técnico No. 01/2014 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/328.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. Instrução normativa nº 1, de 15 de maio de 2017. Dispõe sobre a adesão dos Bancos de Alimentos à Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 01 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos, 1ª edição. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020. 72p. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20\(1\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20(1).pdf). Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital Nº 02/2005. Programa Acesso à Alimentação – Projeto Banco de Alimentos. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 04/2006. Seleção Pública de Propostas para Implantação de Bancos de Alimentos - Programa Acesso à Alimentação. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 04/2007. Seleção de Propostas para Implantação de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Cozinhas Comunitárias). 2007a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 15/2007. Seleção Pública de Propostas para Implantação, Modernização e Ampliação da Funcionalidade de Bancos de Alimentos. 2007b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 04/2008. Seleção Pública de Propostas para Implantação e Modernização de Bancos de Alimentos. 2008a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 14/2008. Seleção Pública de Propostas para Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos. 2008b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 05/2009. Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 02/2011. Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 05/2012. Seleção Pública de Propostas para Apoio à Implantação ou Modernização de Bancos de Alimentos em Centrais de Abastecimento. 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Edital MDS/SESAN Nº 06/2012. Seleção Pública de Propostas para Apoio à Modernização de Equipamentos Públicos de Apoio à Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos - Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Edital MDS/SESAN Nº 01/2018. Seleção Pública de Propostas para Apoio à Modernização de Bancos de Alimentos. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Modelo de Regimento Interno para Bancos de Alimentos. 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/banco-de-alimentos/manual-de-implantacao-bancos-de-alimentos>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Roteiro de Implantação para Bancos de Alimentos - Programa Acesso à Alimentação. 2007.

BRASIL. Portaria nº 17, de 14 de abril de 2016. Institui a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 15 de abril de 2016. 2016.

BRASIL. Portaria nº 303, de 8 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Comitê Gestor da Rede Brasileira de Banco de Alimentos e dá outras providências. Brasília, DF, Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2016. 2016a.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

COSTA, L. A. et al. Capacidade de resposta de Bancos de Alimentos na captação, distribuição e redução de desperdício de alimentos. *Revista Baiana de Saúde Pública*. v.38, n.1, p.30-48, jan./mar. 2014. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2014/v38n1/a4429.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

FAO. Guidelines for measuring household and individual dietary diversity. Rome, Italy: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2011. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i1983e/i1983e.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

FAO. Minimum Dietary Diversity for Women: A Guide for Measurement. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2016. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i5486e/i5486e.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2022.

FEC, DATAUFF. Pesquisa de Avaliação do Programa Banco de Alimentos – Segunda Avaliação. 2011. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/PainelPEI/Publicacoes/Pesquisa%20de%20Avaliacao%20do%20Programa%20Banco%20de%20Alimentos2011.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Políticas Públicas. Avaliação de políticas públicas [recurso eletrônico] : por onde começar? : um guia prático para elaboração do Mapa de Processos e Resultados e Mapa de Indicadores / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Políticas Públicas. – Belo Horizonte: FGP, 2022. Disponível em: http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/03.06_Guia-MaPR-Layout-Final.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

GARCIA, M. T.; SILVA, E. R. da; MUSTAPHA, R. D.; COELHO, D. E. P.; MAURELLI, G.; FERREIRA, R. A. B.; AMARAL, N. T. K. do; BÓGUS, C. M. Avaliação dos bancos de alimentos: uma revisão integrativa da literatura nacional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e021034, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8665406>. Acesso em: 31 maio. 2022.

JANNUZZI. P. M. Monitoramento e avaliação de programas sociais: uma introdução aos conceitos e técnicas / Paulo de Mantino Januzzi. – Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

KEPPLE, A. W. E SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2011, v. 16, n. 1, pp. 187-199. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>. Acesso em: 25 ago. 2022.

MACHADO, P. P; OLIVEIRA, N. R. F; MENDES, A. N. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902016151741>. Acesso em: 06 mai 2022.

PENSSAN. II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN : relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. -- São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert : Rede PENSSAN, 2022. -- (Análise ; 1) PDF. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 17 jul 2022.

PEREZ-ESCAMILLA, R., SEGALL-CORREA, A.M., MARANHA, L.K., SAMPAIO, M.F.A., MARIN-LEON, L., PANIGASSI, G. An adapted version of the U.S. Department of Agriculture Food Insecurity module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas, Brazil. *J Nutr* 2004; 134(8):1923-1928.

PIRES, R. K. et al. Análise crítica do índice de qualidade da dieta revisado para a população brasileira (IQD-R): aplicação no ELSA-Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 2, pp. 703-713. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gBsZLwxNLSfJTMTMn9Hc39L/?lang=pt#>. Acesso em: 25 ago. 2022.

PREVIDELLI, A.N., ANDRADE, S.C., PIRES, M.M., FERREIRA, S.R., FISBERG, R.M., MARCHIONI, D.M. Índice de Qualidade da Dieta Revisado para população brasileira. *Rev Saude Publica* 2011; 45(4):794-798. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/Kc8cb4x6fjvJQLCfqm6yWbn/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2022.

REDE DE BANCOS DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL. Como criar um Banco de Alimentos. Disponível em: https://www.redebancodealimentos.org.br/files/pub/128424015877364_Fases-de-criao-de-um-Banco-de-Alimentos.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

REDE DE BANCOS DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL. Modelo de Estatuto Social para Bancos de Alimentos. Disponível em: https://www.redebancodealimentos.org.br/files/pub/128424019939966_Modelo-de-Estatuto-para-Bancos-de-Alimentos.pdf. Acesso em: 05 jul. 2022.

REDES, MDS. Pesquisa de Avaliação do Programa Bancos de Alimentos. Sumário Executivo. Brasília, DF. 7 p., 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/275.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SANTARELLI, M.; BURITY, V. et al. Informe Dhana 2019: autoritarismo, negação de direitos e fome/ - Brasília: FIAN Brasil, 2019. 102p. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Informe-Dhana-2019_v-final.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

SANTARELLI, M.; BURITY, V. et al. Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil – Brasília: FIAN Brasil, 2017. 75 p. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Publica%C3%A7%C3%A3o-Completa-Informe-Dhana.pdf>. Acesso em: 10 mai 2022.

SESC. Departamento Nacional. Guia do Programa Mesa Brasil Sesc / Sesc, Departamento Nacional. – Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2017. Disponível em: https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/5848/mod_resource/content/2/Guia_MBS_4_11_2016_Rev2_Novo.pdf. Acesso em: 01 abr. 2022.

SILVA A. P. Indicadores de resultados e desempenho em cadeias de suprimentos humanitárias: Uma sistematização para bancos de alimentos. [dissertação]. São Paulo: FGV; 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29336/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20ALCIONE%20SILVA_FGV_vfinal.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 04 abr. 2022.

SOUZA L.E.P.F., BARROS R.D., BARRETO M.L., et al. The potential impact of austerity on attainment of the Sustainable Development Goals in Brazil. *BMJ Global Health* 2019;4:e001661. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/39657/Souza%20L%20EP%20F,The%20potential%20...BMJ%20Global%20Health.pdf?sequence=2>. Acesso em: 10 mai. 2022.

TAKAGI, M. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios. Campinas, SP: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/363168>. Acesso em: 09 mai. 2022.

TENUTA N. Análise tridimensional da situação dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais, Brasil. [dissertação]. Diamantina: UFVJM; 2014. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/829>. Acesso em: 09 mai. 2022.

TENUTA, N.; BARROS, T.; TEIXEIRA, R.A.; PAES-SOUSA, R. Brazilian Food Banks: Overview and Perspectives. *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2021, 18, 12598. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/53466/Brazilian%20Food%20Banks_%20Overview%20and%20Perspectives.pdf?sequence=2. Acesso em: 09. mai. 2022.